

**CAMINHOS PARA A INCLUSÃO DO EDUCANDO AUTISTA: PRÁTICAS,
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO E APRENDIZAGEM**
PATHWAYS TO THE INCLUSION OF AUTISTIC LEARNERS: PRACTICES,
CHALLENGES, AND POSSIBILITIES IN TEACHING AND LEARNING
CAMINOS PARA LA INCLUSIÓN DEL ESTUDIANTE AUTISTA: PRÁCTICAS,
DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN LA ENSEÑANZA Y EL APRENDIZAJE

Marli Nunes Lima
Orientadora: Profa. Dra. Joselene Granja Costa Castro Lima

RESUMO

O estudo aborda os desafios e possibilidades da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, analisando práticas pedagógicas, métodos de intervenção e fatores institucionais que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. Tem como objetivo compreender caminhos que favorecem a participação do educando autista, identificar estratégias pedagógicas utilizadas na educação básica e discutir as condições que potencializam ou dificultam a efetivação da inclusão. Caracteriza-se como revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, articulando produções publicadas entre 2020 e 2025 sobre TEA, ensino estruturado, recursos visuais, ABA, PEI e políticas inclusivas. Os resultados evidenciam que a inclusão depende da compreensão das características do espectro, da adoção de metodologias estruturadas e da organização de ambientes previsíveis, além do fortalecimento da formação docente e do planejamento individualizado. Apontam, ainda, que práticas fundamentadas em evidências, como o uso de recursos visuais, o ensino estruturado e intervenções planejadas de modo colaborativo, favorecem o engajamento, a autonomia e a aprendizagem dos estudantes autistas. O estudo conclui que a inclusão se efetiva quando articulada ao marco legal, ao compromisso institucional e à transformação das práticas pedagógicas, ressaltando a necessidade de políticas de formação continuada, apoio multiprofissional e condições adequadas de trabalho para os professores.

Palavras-chave: Inclusão escolar; transtorno do espectro autista; práticas pedagógicas; formação docente; educação básica.

ABSTRACT

This study addresses the challenges and possibilities of school inclusion for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education, examining pedagogical practices, intervention methods, and institutional factors that influence teaching and learning. It aims to understand pathways that support the participation of autistic learners, identify pedagogical strategies used in basic education, and discuss the conditions that enable or hinder effective inclusion. This is a qualitative literature review that analyzed studies published between 2020 and 2025 on ASD, structured teaching, visual supports, ABA, IEP, and inclusive policies. The results show that inclusion depends on understanding the characteristics of the spectrum, adopting

structured methodologies, and organizing predictable environments, as well as strengthening teacher training and individualized planning. Findings also indicate that evidence-based practices such as visual supports, structured teaching, and collaboratively planned interventions enhance engagement, autonomy, and learning. The study concludes that inclusion becomes effective when aligned with legal frameworks, institutional commitment, and pedagogical transformation, emphasizing the need for continuing teacher education, multiprofessional support, and adequate working conditions.

Keywords: School inclusion; autism spectrum disorder; pedagogical practices; teacher training; basic education.

RESUMEN

El estudio aborda los desafíos y posibilidades de la inclusión escolar de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la escuela regular, analizando prácticas pedagógicas, métodos de intervención y factores institucionales que influyen en la enseñanza y el aprendizaje. Tiene como objetivo comprender caminos que favorecen la participación del estudiante autista, identificar estrategias pedagógicas utilizadas en la educación básica y discutir las condiciones que potencian o dificultan la inclusión efectiva. Se trata de una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo que articuló producciones publicadas entre 2020 y 2025 sobre TEA, enseñanza estructurada, recursos visuales, ABA, PEI y políticas inclusivas. Los resultados evidencian que la inclusión depende de la comprensión de las características del espectro, de la adopción de metodologías estructuradas y de la organización de ambientes previsibles, además del fortalecimiento de la formación docente y de la planificación individualizada. También muestran que las prácticas basadas en evidencias, como el uso de apoyos visuales, la enseñanza estructurada y las intervenciones colaborativas, favorecen el compromiso, la autonomía y el aprendizaje del estudiante con TEA. El estudio concluye que la inclusión se efectiviza cuando se articula con el marco legal, el compromiso institucional y la transformación de las prácticas pedagógicas, resaltando la necesidad de formación docente continua, apoyo multiprofesional y condiciones adecuadas de trabajo.

Palabras clave: Inclusión escolar; trastorno del espectro autista; prácticas pedagógicas; formación docente; educación básica.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se intensificado nas últimas décadas nas redes públicas brasileiras, em função do aumento de diagnósticos e da ampliação de políticas de educação inclusiva. Essa condição do neurodesenvolvimento impõe desafios na comunicação, na interação social e por padrões repetitivos de comportamento, o que demanda da escola um olhar sensível e qualificado para atender às singularidades desses educandos (Battistello, Pontífice e Martins, 2024; Santos & Leite, 2022).

A relevância deste estudo se evidencia diante do crescente número de matrículas de estudantes com TEA em classes regulares e da realidade concreta dessas crianças nas escolas. Apesar da presença física desses alunos, nem sempre se concretizam práticas pedagógicas inclusivas capazes de garantir aprendizagens significativas (Weizenmann, 2020). Assim, percebe-se a necessidade de investigar como as condições materiais, formativas e organizacionais da escola interferem na efetivação da inclusão.

Outro fator que reforça a pertinência da investigação refere-se à heterogeneidade interna do espectro autista. Pesquisas mostram que há grandes variações nas habilidades cognitivas, comunicativas e sociais desses estudantes, o que requer práticas curriculares flexíveis, individualizadas e adaptadas conforme o perfil de cada um (Fonseca e Lopes, 2024; Santos & Leite, 2022). Esse reconhecimento desafia modelos homogêneos de ensino e evidencia a urgência de flexibilização pedagógica e suporte especializado.

Também é relevante considerar os desafios de implementação da inclusão em níveis mais avançados da educação. Estudos recentes mostram que, mesmo diante de políticas inclusivas, ainda há dificuldades para garantir a permanência e a participação efetiva de estudantes com TEA em cursos de formação continuada e etapas posteriores da escolarização, devido à falta de adaptações, suporte adequado e formação docente consistente (Castilhos, 2024). Esse contexto evidencia a fragilidade de práticas inclusivas quando a estrutura escolar é precária ou a formação docente é insuficiente.

Outro eixo que justifica o estudo é a formação docente e as representações que professores têm sobre a inclusão de alunos com TEA. Em pesquisa com docentes da educação básica, constatou-se que muitos percebem a inclusão como desafio e definem barreiras relacionadas à formação insuficiente, à falta de recursos e à ausência de planejamento individualizado (Lima & Vieira, 2023). Isso influencia diretamente a qualidade da inclusão e a garantia dos direitos educativos desses alunos.

Ademais, estudos recentes que analisam práticas pedagógicas apontam para a importância de estratégias como mediação pedagógica, adaptações curriculares, uso de recursos visuais e assistivos, e elaboração de plano educacional

individualizado (PEI) como caminhos viáveis para promover inclusão efetiva (Battistello, Pontífice e Martins, 2024; Fonseca e Lopes, 2024). No entanto, as mesmas pesquisas indicam que a falta de infraestrutura, recursos e formação docente continua sendo um obstáculo significativo para que tais práticas se consolidem.

Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de sistematizar essas evidências contemporâneas, analisar os desafios concretos e visibilizar possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas efetivas. A produção e socialização de conhecimento respaldado por pesquisas recentes contribuem para fortalecer uma cultura de inclusão nas escolas públicas brasileiras, especialmente em contextos similares onde atua.

O objetivo geral deste artigo é analisar caminhos para a inclusão do educando autista no processo de ensino e aprendizagem em escola regular, considerando suas singularidades, desafios e potencialidades. Como objetivos específicos, propõe-se: (a) descrever as características centrais do TEA e suas implicações para a prática educativa; (b) identificar métodos, intervenções e recursos pedagógicos utilizados no atendimento a estudantes com TEA; e (c) discutir desafios e possibilidades da inclusão escolar à luz de evidências recentes e das práticas relatadas nas pesquisas contemporâneas. As perguntas norteadoras que guiam esta investigação são: De que forma os professores têm lidado com as lacunas de formação e recursos no atendimento ao estudante autista? Quais práticas pedagógicas têm favorecido ou dificultado o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes? De que modo a escola e a equipe multiprofissional podem articular-se para garantir inclusão efetiva?

Para alcançar esses objetivos, o Referencial Teórico discute conceitos fundamentais sobre TEA, perfis funcionais e o espectro de necessidades, assim como práticas pedagógicas inclusivas identificadas na literatura recente. Em seguida, a Metodologia apresenta o delineamento da pesquisa bibliográfica, os critérios de seleção das fontes e os procedimentos de análise adotados, com base em artigos publicados entre 2020 e 2025. Na sequência, a seção de Apresentação dos Resultados sistematiza os principais achados extraídos da bibliografia, evidenciando avanços, limitações, práticas exitosas e lacunas ainda presentes na

inclusão escolar de estudantes com TEA. Por fim, nas Considerações Finais, são discutidas as implicações para a prática pedagógica, formação docente, políticas públicas e os caminhos possíveis para o fortalecimento da inclusão no contexto brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Compreensão do autismo: Características, níveis e desenvolvimento

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido, conforme o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* – DSM-5, como uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades persistentes na comunicação social, na interação e pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento (APA, 2014). Embora o diagnóstico tenha bases clínicas relativamente estáveis, as expressões do autismo variam de forma significativa entre indivíduos, sendo essa diversidade reconhecida pela literatura contemporânea como elemento fundamental para a compreensão do espectro. Estudos recentes reforçam que o TEA não se manifesta de modo uniforme, mas apresenta um amplo conjunto de perfis funcionais, habilidades, interesses e níveis de autonomia (Battistello; Pontífice; Martins, 2024).

As características centrais do TEA envolvem, segundo pesquisas atuais, alterações no desenvolvimento da linguagem, dificuldades na reciprocidade social, sensibilidade sensorial aumentada ou reduzida, além de comportamentos repetitivos que podem incluir movimentos estereotipados, insistência em rotinas ou interesses específicos e altamente focados (Santos & Leite, 2022). O reconhecimento desses aspectos é essencial para que a escola compreenda que, embora o diagnóstico esteja dentro de um mesmo espectro, cada estudante apresenta formas singulares de aprender, interagir e se comunicar, exigindo estratégias pedagógicas diferenciadas e planejadas.

A compreensão dos níveis de suporte estabelecidos pelo DSM-5 também é central para delinear intervenções pedagógicas adequadas. Esses níveis de suporte 1, 2 e 3 não indicam “grau de autismo”, mas sinalizam a intensidade de apoio necessário para que a pessoa participe de atividades sociais, comunicativas e acadêmicas (APA, 2014). Estudos sobre práticas inclusivas ressaltam que os níveis

de suporte devem orientar as adaptações pedagógicas, a organização do ambiente, intervenções terapêuticas e estratégias de comunicação, evitando práticas homogêneas que não atendem às singularidades do estudante (Weizenmann, 2020).

Pesquisas desenvolvidas nos últimos anos apontam que o desenvolvimento de crianças e adolescentes autistas envolve trajetórias não lineares, influenciadas por fatores biológicos, sensoriais, comunicativos, sociais e ambientais. Fonseca e Lopes (2024) destacam que a evolução do desenvolvimento depende tanto das características individuais quanto das oportunidades educativas e das experiências de participação que a criança vivencia no contexto familiar e escolar. Isso reforça a importância de ambientes estruturados, previsíveis e sensíveis às demandas sensoriais, bem como da mediação intencional do professor e do uso de rotinas visuais para ampliar a autonomia.

Nesse sentido, o desenvolvimento no TEA deve ser entendido como processo dinâmico, que pode avançar significativamente quando há intervenções consistentes, apoio multiprofissional e práticas pedagógicas adaptadas. Lima e Vieira (2023) apontam que a compreensão docente sobre as características do TEA influencia diretamente o modo como o professor organiza o ensino, como interpreta comportamentos e como apoia o estudante em suas interações sociais. Professores que recebem formação continuada e orientação técnica tendem a desenvolver ações mais responsivas às necessidades de cada aluno autista.

Outro aspecto relevante na compreensão do desenvolvimento de estudantes com TEA refere-se aos desafios sensoriais, amplamente documentados em pesquisas recentes. Estímulos visuais, auditivos e táteis podem ser percebidos de forma intensa ou diminuída, interferindo na atenção, participação e regulação emocional (Battistello; Pontífice; Martins, 2024). Reconhecer essas particularidades é fundamental para que o professor ajuste seu planejamento, evitando sobrecarga sensorial, criando espaços tranquilos de regulação e utilizando recursos visuais claros e objetivos.

Por fim, compreender o autismo sob a perspectiva do desenvolvimento e dos níveis de suporte implica reconhecer que as possibilidades de aprendizagem são amplas quando o contexto é ajustado às necessidades do estudante. O conjunto de evidências recentes demonstra que crianças e adolescentes com TEA

apresentam progresso significativo quando são respeitadas suas singularidades, e quando o ensino é estruturado, acessível, mediado e conectado aos seus interesses e modos particulares de interagir com o mundo (Santos & Leite, 2022; Lima & Vieira, 2023). Assim, compreender o TEA não significa rotular, mas construir caminhos para uma prática pedagógica inclusiva, eficaz e humanizada.

2.2 Métodos e intervenções no atendimento ao educando autista

As discussões contemporâneas sobre a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) convergem para a adoção de métodos e intervenções fundamentados em evidências científicas e ajustados ao contexto escolar. Entre as abordagens mais recorrentes na literatura destacam-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), o ensino estruturado baseado no método TEACCH, o uso de recursos visuais e a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), considerados essenciais para favorecer a participação e a aprendizagem no ensino regular.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é amplamente reconhecida por sua eficácia no desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e acadêmicas de estudantes com TEA. Freitas e Mello (2023) demonstram que intervenções baseadas em reforçamento positivo, modelagem e divisão de tarefas contribuem para a redução de comportamentos disruptivos e para o aumento do engajamento nas atividades pedagógicas. Dias e Monteiro (2024) reforçam que essas estratégias podem ser incorporadas ao planejamento docente quando adaptadas às necessidades individuais, enquanto Pereira Farias (2024) ressalta que a compreensão da ABA como ciência amplia a capacidade do professor de organizar rotinas consistentes e planejar intervenções alinhadas aos objetivos educacionais.

No campo do ensino estruturado, o método TEACCH destaca-se pela organização do tempo, do espaço e das atividades, fundamentando-se na previsibilidade e no uso de apoios visuais. Ferreira (2024) evidencia que essas estratégias reduzem a ansiedade e ampliam a autonomia de estudantes com TEA, especialmente em turmas regulares. De forma convergente, Cancelier (2022) e Castilhos (2024) apontam que a organização visual do ambiente, aliada a instruções claras e pistas visuais, favorece a autorregulação, a transição entre atividades e a

participação nas tarefas curriculares.

O uso sistemático de recursos visuais e materiais concretos também se mostra relevante nas intervenções pedagógicas. Melo (2024) destaca que estratégias personalizadas, respeitando o ritmo e o estilo de aprendizagem do estudante, ampliam a compreensão das tarefas e o engajamento escolar. Esses achados reforçam que intervenções estruturadas são mais eficazes quando integradas ao cotidiano da sala de aula e monitoradas de forma contínua.

Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) emerge como instrumento central para a organização das intervenções e adaptações curriculares. Battistello, Pontífice e Martins (2024) defendem que o PEI deve sistematizar objetivos, estratégias e formas de avaliação, orientando o trabalho colaborativo entre escola, família e equipe multiprofissional. Assim, a literatura indica que práticas inclusivas eficazes resultam da articulação entre métodos estruturados, recursos visuais, formação docente contínua e compromisso institucional com a flexibilização curricular.

2.3 Inclusão escolar, legislação e práticas pedagógicas

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) insere-se em um processo histórico de afirmação de direitos no Brasil, fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e em legislações educacionais posteriores. Esses marcos rompem com a perspectiva assistencialista e reafirmam a educação como direito subjetivo, impondo ao Estado e às instituições escolares a responsabilidade de garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem em classes comuns do ensino regular.

No âmbito educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) consolidam o princípio da escolarização inclusiva, com oferta de Atendimento Educacional Especializado e recursos de acessibilidade. Para os estudantes com TEA, a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) asseguram o direito à matrícula no ensino regular, às adaptações razoáveis e ao

apoio individualizado, reforçando a obrigatoriedade de práticas educacionais inclusivas.

Do ponto de vista conceitual, a literatura distingue os paradigmas de integração e inclusão. Conforme Mantoan (2015), a integração pressupõe a adaptação do estudante à estrutura escolar existente, enquanto a inclusão exige transformações na cultura institucional, no currículo e nas práticas pedagógicas, de modo a garantir a aprendizagem de todos. Glat e Pletsch (2012) reforçam que a efetivação da inclusão não se limita à existência de legislação, mas depende de condições concretas, como formação docente, recursos pedagógicos acessíveis, apoio multiprofissional e práticas avaliativas flexíveis.

Estudos recentes apontam tensões entre os avanços normativos e a realidade das escolas públicas. Michels (2023) e Garcia (2022) evidenciam dificuldades relacionadas à escassez de recursos, à formação docente insuficiente e à permanência de práticas seletivas. No caso específico do TEA, Mendes (2021) destaca que a ausência de planejamento individualizado, a fragilidade na articulação com o AEE e a compreensão limitada da inclusão como mera socialização ainda comprometem a efetivação do direito à aprendizagem.

A literatura contemporânea indica que práticas pedagógicas inclusivas tornam-se mais eficazes quando articuladas ao marco legal e sustentadas por condições institucionais adequadas. Estratégias como organização visual do ambiente, ensino estruturado, uso de recursos concretos e elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) favorecem a participação e a aprendizagem dos estudantes com TEA, desde que integradas a um projeto pedagógico comprometido com a diversidade. Assim, a legislação deixa de ser apenas normativa e passa a orientar práticas intencionais que consolidam a inclusão como experiência efetiva no cotidiano escolar.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, descritiva e analítica, conduzida com o objetivo de identificar, interpretar e articular contribuições contemporâneas sobre a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e sobre os métodos e intervenções utilizados nos contextos de ensino regular. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste no exame sistemático da produção existente sobre determinado tema, visando à construção de um quadro teórico atualizado, crítico e capaz de fundamentar novas análises. Tal abordagem é adequada quando se busca compreender fenômenos educacionais a partir de múltiplas perspectivas teóricas já consolidadas.

A revisão foi delimitada ao período de 2020 a 2025, considerando o crescimento recente de estudos voltados à educação inclusiva, às práticas pedagógicas estruturadas e às políticas públicas relacionadas ao atendimento de estudantes com TEA. Para a busca dos materiais, foram consultadas bases de dados amplamente reconhecidas na produção científica nacional, tais como SciELO, Periódicos CAPES, Google Scholar e portais institucionais de revistas brasileiras. Utilizaram-se os descritores “autismo”, “TEA”, “educação inclusiva”, “intervenção”, “ABA”, “TEACCH”, “recursos visuais”, “PEI” e “ensino estruturado”, combinados por operadores booleanos (AND/OR), conforme recomenda Gil (2019), ao reforçar a necessidade de estratégias de busca sistematizadas e criteriosas em pesquisas bibliográficas.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que assegurassem a relevância, a atualidade e a consistência científica do corpus analisado: (a) textos publicados entre 2020 e 2025; (b) disponibilidade em acesso integral; (c) obras em língua portuguesa; (d) vínculo direto com a educação básica; e (e) discussão sobre inclusão escolar, desenvolvimento do estudante com TEA ou métodos pedagógicos associados à escolarização de crianças e adolescentes autistas. Foram excluídos estudos duplicados, textos sem revisão por pares, publicações anteriores ao recorte temporal, artigos de opinião e obras que tratassem do TEA em contextos não educacionais.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de análise temática, conforme

descrita por Bardin (2016) e aprofundada por Minayo (2023), seguindo três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização preliminar do material; (2) exploração do conteúdo, identificando unidades de sentido e classificando-as em três eixos temáticos características e níveis do TEA; métodos e intervenções pedagógicas (ABA, TEACCH, recursos visuais, PEI); e legislação e práticas inclusivas; e (3) tratamento e interpretação dos resultados, articulando convergências, divergências e lacunas encontradas nos estudos. Essa sistematização dialoga com Gil (2019), que enfatiza a importância da categorização e da interpretação crítica em pesquisas descritivas e qualitativas.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Contudo, foram rigorosamente observados os princípios éticos de fidedignidade às fontes, transparência metodológica e integridade acadêmica. Reconhece-se a existência de limitações inerentes ao recorte temporal, às bases utilizadas e à dependência de estudos previamente publicados, conforme também adverte Gil (2019) ao discutir os limites das revisões teóricas. Ainda assim, o procedimento adotado permitiu construir uma síntese robusta, atualizada e metodologicamente consistente sobre a inclusão escolar de educandos com TEA.

Desse modo, a metodologia empregada assegura clareza procedimental, rigor científico e possibilidade de replicação, fundamentando solidamente a análise desenvolvida no capítulo seguinte, no qual os principais resultados da revisão são apresentados e discutidos à luz dos objetivos deste estudo.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise das obras selecionadas evidenciou contribuições consistentes sobre a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendendo aos objetivos da pesquisa. Os resultados indicam que a compreensão das características e dos diferentes níveis do espectro é fundamental para o planejamento pedagógico, considerando a diversidade de perfis funcionais e necessidades de suporte. Weizenmann (2020) aponta que, embora os professores reconheçam essas diferenças, ainda demonstram insegurança na escolha de estratégias pedagógicas, especialmente em função da formação insuficiente e do desconhecimento dos critérios diagnósticos do DSM-5.

Os estudos analisados reforçam que reconhecer o TEA como um espectro é condição essencial para superar práticas homogêneas e adotar intervenções flexíveis. Santos e Leite (2022) destacam que dificuldades comunicativas, questões sensoriais e a necessidade de previsibilidade impactam diretamente o engajamento escolar, exigindo ações pedagógicas ajustadas às particularidades de cada estudante, evitando interpretações equivocadas de seus comportamentos.

No que se refere aos métodos e intervenções, a literatura evidencia a relevância de abordagens baseadas em evidências, com destaque para a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Freitas e Mello (2023) e Dias e Monteiro (2024) demonstram que o uso de reforçamento positivo, modelagem, divisão de tarefas e rotinas estruturadas contribui para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais, além da redução de comportamentos desafiadores e ampliação da autonomia.

Outro achado relevante diz respeito ao ensino estruturado e ao método TEACCH. Pesquisas de Cancelier (2022), Ferreira (2024) e Castilhos (2024) indicam que a organização visual do ambiente, a clareza das rotinas e o uso de materiais concretos favorecem a autorregulação, reduzem a ansiedade e ampliam a participação dos estudantes com TEA no ensino regular. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) destaca-se como instrumento central, orientando intervenções e promovendo a articulação entre escola, família e equipe multiprofissional (Battistello; Pontífice; Martins, 2024; Melo, 2024).

Apesar dos avanços, os resultados também apontam desafios persistentes na efetivação da inclusão. Michels (2023) e Garcia (2022) evidenciam a distância entre o marco legal e a prática escolar, marcada pela escassez de recursos, limitações estruturais e fragilidades na formação docente. Ainda assim, a literatura revela que práticas pedagógicas planejadas, baseadas em evidências e sustentadas por compromisso institucional, produzem avanços significativos na participação e aprendizagem dos estudantes com TEA, reforçando que a inclusão efetiva depende da transformação contínua das práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou caminhos para a inclusão do educando com TEA no ensino regular, considerando características do transtorno, métodos e intervenções na prática docente, além de desafios legais e escolares. A revisão evidenciou que inclusão não se resume à matrícula, exigindo planejamento pedagógico estruturado, intervenções baseadas em evidências e suporte institucional contínuo.

Os resultados indicam que compreender as particularidades do TEA é condição central para ações coerentes com necessidades e potencialidades do estudante. Estratégias como ABA, TEACCH, recursos visuais e elaboração do PEI mostraram melhores efeitos quando aplicadas com intencionalidade, acompanhamento sistemático e adaptação ao contexto, favorecendo autonomia, participação e engajamento nas atividades pedagógicas.

Embora a legislação brasileira assegure direitos, sua efetivação depende de políticas institucionais e condições reais de trabalho. Persistem barreiras como formação docente insuficiente, escassez de recursos, baixa articulação com equipes multiprofissionais e ausência de planejamento individualizado, o que reforça a necessidade de formação continuada para subsidiar adaptação curricular, elaboração de materiais acessíveis e avaliação flexível.

Como contribuição, o estudo destaca a importância de uma cultura escolar comprometida com a diversidade, com rotinas previsíveis, organização visual do ambiente e mediação pedagógica consistente. Também aponta que políticas públicas devem fortalecer a formação continuada, ampliar apoio profissional nas escolas e garantir recursos pedagógicos e tecnológicos para sustentar a inclusão.

Por fim, reconhece-se como limitação o caráter bibliográfico e o recorte temporal, que podem restringir a amplitude dos achados. Ainda assim, conclui-se que a inclusão de estudantes com TEA é possível, desde que haja compromisso coletivo, formação sólida e condições institucionais adequadas, contribuindo para qualificar práticas docentes, gestão escolar e políticas de educação inclusiva.

6 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2016.

BATTISTELLO, J. R.; PONTÍFICE, A. L.; MARTINS, P. C. Práticas pedagógicas e Plano Educacional Individualizado no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, n. 2, p. 345–362, abr./jun. 2024.

CANCELIER, Bruna. A utilização dos recursos visuais na educação infantil para e com crianças do transtorno do espectro autista: um estudo sobre o método teacch. 2022. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

CASTILHOS, M. B. Inclusão de estudantes com TEA no ensino médio: barreiras e estratégias pedagógicas. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 37, e13, 2024.

DIAS, F. L.; MONTEIRO, R. M. ABA no contexto escolar: estratégias baseadas em evidências para estudantes com TEA. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 28, e06, 2024.

FERREIRA, L. M. O método TEACCH na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: organização do espaço e tempo na sala de aula. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, n. 1, p. 113–130, jan./mar. 2024.

FONSECA, P. D.; LOPES, S. C. Desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática das oportunidades educativas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 30, 2024.

FREITAS, M. C.; MELLO, S. L. Intervenções baseadas em ABA e engajamento escolar de crianças com TEA. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 89–105, 2023.

GARCIA, T. M. Formação docente e inclusão de alunos com TEA: desafios na rede pública de ensino. *Revista Brasileira de Docência no Ensino Superior*, Belo

Horizonte, v. 8, n. 1, p. 45–62, 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. Educação inclusiva: cultura, práticas e desafios. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012.

LIMA, V. A.; VIEIRA, M. N. Representações sociais e formação de professores sobre a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 49, e287123, 2023.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MELO, D. R. Adaptações curriculares e autonomia de estudantes com TEA na escola regular. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 49, e127865, 2024.

MENDES, E. G. Políticas de inclusão escolar para alunos com TEA: avanços e lacunas na implementação. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 27, n. 3, p. 401–418, jul./set. 2021.

MICHELS, L. R. Entre a norma e a prática: desafios da inclusão escolar no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 53, e01022, 2023.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2023.

PEREIRA FARIAS, R. Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na escola: reflexões sobre sua integração à prática pedagógica. Revista Perspectivas em Análise do Comportamento, Belém, v. 15, n. 1, p. 33–47, 2024.

SANTOS, P. R.; LEITE, F. O. Heterogeneidade do espectro autista e suas implicações para a educação inclusiva. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 42, e223769, 2022.

WEIZENMANN, D. Inclusão escolar de alunos com TEA: entre a presença física e a participação efetiva. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 125–144, 2020.